



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

Análise dos Indicadores de Aplicação de Recursos em Saúde e Educação: um comparativo nos Municípios do Corede Produção no período de 2011 a 2013

AUTOR PRINCIPAL: Vanessa Bordignon

CO-AUTORES: Jenifer de Brum Palmeiras; Graciela de Brum Palmeiras

ORIENTADOR: Sandra Toledo Regina dos Santos

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

Dentre a destinação dos recursos, os indicadores mais cobrados da gestão municipal são da Saúde e Educação, devido a sua importância para a população e também para o desenvolvimento de um município. Ambos indicadores são a base para a coletividade, pois todos, sem exceção, precisam de serviços públicos de saúde e educação, por isso justificam-se as cobranças. Nesse sentido, este estudo visa estabelecer um panorama entre os 21 municípios pertencentes ao Corede Produção localizado na região Norte/RS, nestas duas áreas entre 2011 e 2013, quanto a aplicação de recursos. Desta forma, pretende-se melhor compreender como a gestão pública municipal tem gerado resultados nestas duas áreas prioritárias na composição dos recursos do seu orçamento. Os específicos consistem em tabular os limites impostos pela Constituição e os respectivos resultados encontrados através de sua média, bem como comparar a situação dos municípios em estudo.

DESENVOLVIMENTO:

Metodologicamente este estudo enquadra-se como do tipo aplicada, pois foi realizada nos Municípios do Corede Produção, composto por 21 municípios, utilizando os orçamentos das áreas da saúde e educação de forma comparativa, conforme base de dados disponível no site do TCE/RS. Quanto ao procedimento técnico é documental, desenvolvido com base em relatórios oficiais, de cunho descritivo e tratamento quantitativo. Segundo a Emenda Constitucional nº 29/2000, o mínimo a ser aplicado em saúde pelos municípios é de 15% dos recursos da receita corrente líquida, identificado pelo recurso ASPS (Ações em Serviços Públicos de Saúde), enquanto que na educação o mínimo a ser gasto nos municípios é de 25%, identificado pelo recurso MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) ambos índices formados por impostos e transferências constitucionais. No quesito saúde, conforme Tabela 1, identificou-se que todos os

municípios nos períodos em estudo, cumpriram o limite mínimo em ASPS exigido em lei e percebeu-se que em Pontão, Ernestina, Passo Fundo e Santo Antônio do Palma foram os que menos aplicaram, não ultrapassando 17% em sua média. Em contrapartida, tem-se os municípios que mais aplicaram no índice, onde se destacam Muliterno, São Domingos do Sul, Vila Maria e Camargo, sendo aplicado em média mais de 21% dos recursos levantados pelo indicador. Dos 21 municípios do Corede Produção, em três deles houve diminuição ano após ano, em Camargo, Coqueiros do Sul e Mato Castelhana, que se constituem em locais com baixíssima população. Os dados relativos a educação, conforme Tabela 2, apontam que houve o cumprimento ao limite mínimo exigido em lei, em todos os municípios nos períodos estudados, com gastos acima de 25% no índice. Destaca-se que os municípios com menor aplicação foram Camargo, Carazinho, Nova Alvorada e São Domingos do Sul, não ultrapassando 27% dos gastos. Destacam-se com índices mais elevados os municípios de Ernestina, Passo Fundo e Pontão, com mais de 32% do orçamento aplicado diretamente nesta área. Dos dados tabulados no Corede estudado, entre aqueles com maiores e menores índices, pode-se fazer uma comparação, pois cinco se destacaram em saúde e aparecem em baixa no quesito educação e vice-versa. São Domingos Do Sul foi o segundo melhor colocado na aplicação em saúde e nos gastos educacionais foi o terceiro menor índice; Camargo foi o quarto melhor colocado na aplicação com saúde, mas nos gastos com educação aparece como menor índice aplicado; Passo Fundo foi destaque em índice educacional, porém no quesito saúde foi o segundo pior colocado; Pontão foi o segundo melhor colocado em educação, mas na saúde obteve o segundo pior resultado; por fim, Ernestina foi o terceiro melhor município em educação, enquanto na saúde ficou em terceiro pior colocado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No estudo, observou-se quanto ao atendimento dos limites, que todos os municípios cumpriram acima do mínimo exigido em lei nas duas áreas selecionadas. Quanto a sua classificação, alguns municípios aplicaram além de sua obrigatoriedade, enquanto outros se mantiveram pouco acima do exigido, denotando que os gestores cumpriram o estipulado legalmente.

REFERÊNCIAS

COREDE Produção. **Conselho Regional de Desenvolvimento**. Acesso em 22 Set 2014. Disponível em: <http://coredeproducao.upf.br/>

Emenda Constitucional nº 29, de 13 de Setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Acesso em 14 set 2014.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): Número da aprovação.

ANEXOS

Tabela 1: Percentuais aplicados em Saúde

MUNICÍPIOS	ASPS 2011	ASPS 2012	ASPS 2013	MÉDIA ASPS
<i>Almirante Tamandaré do Sul</i>	15,86%	19,99%	21,39%	19,08%
Camargo	21,47%	21,31%	20,58%	21,12%
Carazinho	18,21%	20,87%	20,45%	19,84%
Casca	19,04%	21,68%	22,23%	20,98%
Ciríaco	20,28%	18,42%	20,14%	19,61%
Coqueiros do Sul	18,87%	18,70%	18,29%	18,62%
Coxilha	18,33%	18,82%	18,89%	18,68%
David Canabarro	16,07%	18,11%	19,76%	17,98%
Ernestina	15,17%	15,71%	18,35%	16,41%
Gentil	17,54%	18,12%	17,39%	17,68%
Marau	19,69%	18,58%	21,59%	19,95%
Mato Castelhano	18,50%	18,22%	17,38%	18,03%
Muliterno	23,24%	24,44%	23,36%	23,68%
Nova Alvorada	18,69%	22,10%	19,93%	20,24%
Passo Fundo	16,51%	17,12%	15,24%	16,29%
Pontão	15,46%	18,11%	16,91%	16,83%
Santo Antonio do Palma	15,44%	15,45%	17,83%	16,24%
Santo Antonio do Planalto	18,68%	19,25%	18,10%	18,68%
São Domingos do Sul	20,78%	24,03%	23,26%	22,69%
Vanini	17,18%	18,73%	19,30%	18,40%
Vila Maria	17,66%	21,21%	25,49%	21,45%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS

Tabela 2: Percentuais aplicados em Educação

MUNICÍPIOS	MDE 2011	MDE 2012	MDE 2013	MÉDIA MDE
<i>Almirante Tamandaré do Sul</i>	26,68%	29,74%	30,45%	28,96%
Camargo	25,39%	25,94%	26,00%	25,78%
Carazinho	25,45%	25,45%	26,62%	25,84%
Casca	27,21%	27,61%	28,99%	27,94%
Ciríaco	28,22%	29,05%	29,53%	28,93%
Coqueiros do Sul	26,90%	28,72%	29,84%	28,49%
Coxilha	27,05%	28,98%	29,06%	28,36%
David Canabarro	30,94%	29,12%	31,54%	30,53%
Ernestina	30,96%	33,96%	31,60%	32,17%
Gentil	29,83%	30,93%	29,16%	29,97%
Marau	25,79%	30,49%	25,65%	27,31%
Mato Castelhano	27,59%	29,08%	29,57%	28,75%
Muliterno	26,66%	28,50%	26,99%	27,38%
Nova Alvorada	27,45%	26,30%	26,95%	26,90%
Passo Fundo	32,03%	33,41%	34,83%	33,42%
Pontão	33,82%	35,09%	31,31%	33,41%
Santo Antonio do Palma	28,97%	29,39%	28,11%	28,82%
Santo Antonio do Planalto	29,82%	28,14%	30,09%	29,35%
São Domingos do Sul	25,85%	26,35%	27,74%	26,65%
Vanini	29,23%	28,75%	31,52%	29,83%
Vila Maria	27,79%	28,71%	26,80%	27,77%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do RS